

Boletim

A revista do Sistema

INFORMATIVO



Mala Direta
Postal
1000015118-8/2006-DR/PR
FAEP
CORREIOS

SISTEMA FAEP



Ano XXVI | nº 1146

1 a 7 de agosto de 2011

Tiragem desta edição: 24.000 exemplares



Shizuko Fukushima

A gente do Sol Nascente

2 Capa
Histórias japonesas

11 Frangos
Exportação recorde

12 Ferrovias
Marco regulatório

14 Águas
Diagnóstico da ANA

16 Jurídico
Novidades do Funrural

18 Seguro
Dicas para contratar

21 Feira
O café do Norte Pioneiro

22 Notas

23 Feijão
R\$ 80 por saca

24 Informática
O mergulho

25 Conexão Rural
Caixa de entrada

26 Via Rápida
Tafobia, Infames, Loiras, etc

28 Cursos
Tratorista, Sanidade,
Empreendedor rural, etc

30 Cartas

31 Agrotóxicos
Lei simplificada



農業



Um sé

Por Katia Santos - Fotos: Lineu Filho

* Cada geração nikkei recebe denominação própria:

ISSEI
Imigrantes;

NISSEI
Filhos;

SANSEI
Netos;

YONSEI
Bisnetos;

OSSEY
Trisnetos;

ROKUSSEI
Tataranetos;

SHICHISSEI
Pentanetos.

No dia 18 de junho marcou 103 anos que o célebre navio Kasato Maru aportou em Santos trazendo as primeiras 165 famílias japonesas ao Brasil, princípio de uma corrente migratória que daria ao Brasil, notoriamente em São Paulo e no Paraná, o maior contingente de “nikkeis” (*). A milenar cultura do Japão legou ao seu povo características como a paciência, perseverança, determinação e sucesso. Essas qualidades compõem a trajetória dos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil, não importam hoje suas profissões, se produtores rurais ou pesquisadores, empresários ou médicos.

Os olhos amendoados debaixo das pálpebras asiáticas, os cabelos negros e lisos foram gradualmente sofrendo as mutações em razão da miscigenação ocorrida neste pouco mais de um século.

As raízes brasileiras dos japoneses e seus descendentes, porém, estão vinculadas ao meio rural. As terras disponíveis no norte do Paraná serviram de atração



農業

By Alexandre Prado

Réplica da ponte Sakura Haghi ou Ponte das Cerejeiras

Éculo depois

a esses imigrantes que deram marcas a cidades como Assaí e Uraí, mas se espalharam desde as barrancas do Tibagi, no Norte Pioneiro, até o Noroeste do Estado nas beiras do rio Paraná. Nas páginas seguintes alguns exemplos dessa gente habitualmente tímida e reservada, mas eminentemente empreendedora.

A florada das cerejeiras

Símbolo do seu país, os 128 milhões de japoneses reverenciam as belas floradas das cerejeiras com o significado de colheita farta. Há 17 anos esse simbolismo é cultivado no Paraná na Festa das Cerejeiras ou Hanami que acontece na sede da Associação Cultural e Esportiva de Apucarana (Acea), fundada em 1960.

Também na Acea é possível apreciar uma réplica da Sakura Haghi ou Ponte das Cerejeiras. “A original foi construída em madeira no Japão e tem 12 metros, o dobro do tamanho da versão paranaense que é de concreto”, explica o presidente do Sindicato Rural de Apu-

carana, Jorge Nishikawa, idealizador e responsável pela construção da réplica.

Nishikawa cultua as tradições nipônicas e a história da imigração ao Brasil e lembra que “a grande maioria dos imigrantes eram agricultores de famílias pobres e se esforçaram muito para que os filhos tivessem uma boa educação. Foi através da escola que os nisseis começaram a participar da sociedade”.

Ele administrou um programa de TV, em São Paulo, (“Imagens do Japão”), que ficou no ar por 35 anos, fundou e administra o Grupo Taiko (tambores), de Apucarana, e tem como companheira permanente uma máquina fotográfica, resultado do aprendizado obtido com um tio ilustre, o fotógrafo Haruo Ohara. Agora Nishikawa passou a sentir “coceiras” com a política. Sabe que os descendentes sempre procuram eleger um dos seus para a Câmara Federal, Assembleia Legislativa e nas Câmaras Municipais das principais cidades do Paraná.



Jorge Nishikawa um grande incentivador da cultura japonesa



O mais moderno hospital do coração



Randas desenvolveu oito técnicas de cirurgias cardíacas

Uma parceria entre a Acea e a Fundação Tokuda levará para Apucarana o hospital público mais moderno da América Latina em cirurgia cardíaca. A afirmação é do médico-cardiologista e físico Randas Vilela Batista, responsável pelo projeto e pelo convênio. Randas desenvolveu oito técnicas para tratamentos cardíacos, consideradas revolucionárias e que foram muito difundidas no Japão. Em reconhecimento ao seu trabalho a Fundação Tokuda financiou a construção do hospital (10 milhões de dólares). A inauguração oficial está prevista para janeiro de 2012, no dia do aniversário da cidade, mas a intenção do médico é que a população comece a ser atendida antes.

O hospital oferecerá atendimento básico de consultas, 150 leitos para internação, dois centros cirúrgicos, duas salas de cinergia, duas salas para cateterismo, uma sala de tomografia e demais equipamentos. O hospital, que ainda não tem nome definido, já tem convênio com uma universidade alemã para o

desenvolvimento de pesquisas e medicamentos em Apucarana.

O projeto arquitetônico do hospital reúne simplicidade e modernidade. Toda a estrutura é em drywall de aço com isopor, cada uma das três alas tem 500 m² intercaladas com corredores que garantem a refrigeração do ar em todo o prédio. Visando o bem estar do paciente, nesses corredores serão plantadas flores para exalar perfume para os quartos. Os vasos sanitários, importados são suspensos para agilizar a limpeza. As janelas de vidro temperado foram projetadas de forma que garantam a ventilação e a claridade continuamente. A manutenção de todos os profissionais do hospital também será feita pela Fundação Tokuda.

O mestre e doutor Tumoru Sera

As pesquisas do geneticista, PhD em engenharia agrônoma e agricultor Tumoru Sera, do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) lhe renderam uma homenagem: o Prêmio Kiuyoshi Yamamoto concedido pela Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência



Tumoru Sera reduziu de 35 para 16 anos o tempo de desenvolvimento de uma nova cultivar de café

農業

Social, reconhecido também no Japão.

Sera é o mais velho dos quatro filhos do casal de imigrantes Jitsu Sera e Shige Kuwano Sera. Formado em Agronomia entrou para o Iapar, por concurso.

A partir de 1974 começou a atuar no setor de Fitotecnia do Café, quando defendeu o título de mestre na Escola Superior de Agricultura (Esalq) sobre o Ciclo Bienal de Café. Após o mestrado fez doutorado com a tese sobre a redução do tempo gasto para desenvolvimento de novas cultivares de 35 para 16 anos numa grande batalha para reduzir as perdas dos pequenos produtores de café.

Para os grandes produtores estudou o desenvolvimento e manejo de cultivares melhoradas. Desenvolveu 13 cultivares de café (IAPAR 59, IPR 97 a IPR 108). Essas cultivares contribuíram para solucionar a resistência à ferrugem, nematóides, pseudomas, seca, extremos térmicos e antracnose.

Ele continua pesquisando o desenvolvimento de cultivares: de baixo teor de cafeína; de maturação dos frutos precoces e super-precoces; de porte anão; de arquitetura erecta e resistentes a bicho-mineiro, Xillella e broca.

O pesquisador sempre teve vontade de voltar a trabalhar na propriedade da família. “Foi lá, com a aposentadoria que consegui desenvolver um sistema de mecanização completo, barato e simples para cafezais adensados de 10 hectares no Modelo IAPAR. Nesta propriedade consigo obter o mesmo lucro de uma propriedade de 200 hectares onde se plante soja-milho-trigo”, diz ele.

Honra ao Mérito de Masato Fukushima

Aos 87 anos, Masato Fukushima nasceu na província de Fukuoka, no Japão, chegou ao Brasil em 1935, com 11 anos. Em 1948 se casou com Shizuko



(Da esq. para dir.)
A filha Alice Harumi,
a esposa Shizuko e o
filho mais velho Paulo
Fukushima

Fukushima e veio morar no Paraná no rastro da riqueza provocada pelo café.

Fixou-se em Arapongas, e abriu a ‘Casa do Povo’ no ramo de secos e molhados, hoje administrada pelo filho mais velho Paulo, no ramo do comércio e secagem de cereais.

Foi presidente do Sindicato Rural de Arapongas (1975 a 2000) e dedicou sua vida ao desenvolvimento da cultura nipo-brasileira o que lhe rendeu muitas homenagens. Como a medalha de Honra ao Mérito concedida pelo governador Hikaro Kamei da Província de Fukuoka no Japão, em 1969 e a Comenda do Sol Nascente de Raios Dourados de 5º Grau, em 1995, que é o reconhecimento do Imperador do Japão. Esta homenagem é considerada pelos japoneses a maior homenagem a um imigrante. Sua esposa, Shizuko Fukushima, 83 anos, seguiu os caminhos do marido cultivando a cultura nipo-brasileira. Ela é a capadeste Boletim e autora dos símbolos japoneses que emolduram essas páginas.

農業



A granja de Hayashida



da com 1,5 mil aves. O nissei repassou aos filhos com 70 mil aves e agora a granja está sendo administrada pela quarta geração, que tem como administrador central o yonsei Oscar Hayashida. A meta da empresa é atingir a cifra de 1,5 milhões de aves nos próximos anos.

São 240 empregos diretos distribuídos em quatro unidades - duas granjas, uma automatizada e outra manual; uma unidade de seleção, embalagem e distribuição e uma fábrica de ração onde são produzidas 2,4 toneladas de ração/mês.

A empresa comercializa ovos *in natura*, ovo em pó e começa a industrializar ovo líquido também utilizado com sucesso pela indústria alimentícia. As inovações têm o carimbo do filho mais velho, a quem a tradição japonesa determina a continuidade dos negócios da família, Oscar, 46 anos, formado em ciências contábeis. “Não importa o que você faça ou produz tem que ser o me-

“

Meu pai faz 'calos' nos ouvidos dos filhos e toda semana se reúne para analisar as decisões que tomamos.

Oscar Hayashida, administrador central

A Granja Hayashida, em Apucarana, está entre as 20 maiores do país com uma produção diária de 900 mil ovos/dia comercializados em sete estados.

A atividade começou em 1913 com o decano da família Massayuki Hayashida com apenas 100 aves. Foi repassada, em 1949, ao seu filho Adolfo Hideo Hayashi-



Um dos galpões da unidade automatizada: abriga 100 mil aves

”

農業

lhor. Pra mim qualidade não é um diferencial, mas uma obrigação”, diz.

O trio de irmãos se completa com Norberto, 43 anos e Adriano, 40 anos, formados medicina-veterinária. “Todas as semanas meu pai faz questão de reunir os homens da família na empresa e analisar as decisões que tomamos. Nosso melhor legado é o que aprendemos com ele: maior honestidade no trabalho”, finaliza Oscar.

O café adensado de Hirata

A história começa em 1979, quando a inflação atingia a casa dos 200% ao ano no Brasil. Na pacata Astorga, distante da capital 420 km, o técnico em contabilidade Manoel Tadashi Hirata dava assistência contábil a vários agricultores e ouvia comentários que a agricultura não dava dinheiro. Ele pensou: “Como é que esta atividade não pode dar lucro? Banco empresta para perder?”.

E resolveu comprar uma pequena propriedade de 13,2 hectares com cafeeiros. “O café não dava muito dinheiro, então montei uma granja de galinhas poedeiras”, conta. Fiel ao ditado em que ‘boi só engorda com o olho do dono’, Hirata construiu a granja no final da propriedade, obrigando-se a observar os cafeeiros antes de chegar ao alojamento das aves. Enquanto os produtores plantavam café com um espaçamento de 4 metros entre as ruas, ele plantava com de 2,5 metros e 1,5 metros entre as covas.

“Com dois anos os pés começaram a produzir e com quatro anos comecei a receber a visita de engenheiros-agrônomo da Cooperativa Cotia, que começaram a estudar e divulgar a nova forma de plantio. Minha produtividade quintuplicou. De 10 sacas por hectare passei a colher 50 sacas”, relembra Hirata.

Continuou na pesada jornada de tra-



Manoel Tadashi: criador de uma técnica que revolucionou o plantio de café

balho: escritório de contabilidade, aulas à noite e as visitas diárias na propriedade para recolher os ovos e olhar os pés de café. Além do trabalho, tinha a família com seis filhos e os cursos universitários que concluiu: Direito, Administração de Empresas, Licenciatura em Magistério e pós-graduação em Administração Contábil. “O segredo é ter planejamento e pequenos cuidados em diferentes lugares. Isso reflete no todo de forma positiva”. Hoje aos 76 anos Hirata fala sobre a recompensa de ter criado uma técnica que revolucionou o plantio de café. “Saber que pude dar uma coisa boa para outra pessoa, uma informação, isto já é uma recompensa. O reconhecimento não precisa ser em dinheiro.”

農業



O colonizador Udihara

A Companhia de Terras Norte do Paraná foi responsável pela colonização de uma área correspondente a 546.078 alqueires de terras, ou cerca de 13.166 km². Além de fundar 63 cidades e patrimônios, vendeu lotes e chácaras para 41.741 compradores, de área variável entre 5 e 30 alqueires, e cerca de 70.000 lotes urbanos com média de 500 m².



Udihara por dominar o português e o japonês tinha grande acesso aos imigrantes

Udihara registrando a inauguração da Agência Ford e filmadora utilizada por ele



Hikoma Udihara convenceu muitos japoneses a comprar terras no Norte do Paraná durante o processo de colonização da região. Sua história se confunde com a de muitos imigrantes que chegavam ao país em busca de um futuro promissor.

Nascido no Japão na província de Kochi, em 08/11/1882, aos 17 anos Udihara concluiu o curso de línguas ocidentais em 1890, já com a intenção de se transferir para o Brasil. Em 1909 chegou ao nosso país. De capataz na Fazenda Guatapará, interior de São Paulo, em 1920 entrou para o ramo da corretagem de terras e colonização.

Em 1925 foi trabalhar com os ingleses Arthur Thomas e Willie Davids, caciques da Companhia de Terras do Norte do Paraná, empresa responsável pela colonização do norte do Estado. Tornou-se o primeiro agente colonizador, com exclusividade para negociar com os japoneses por dominar os dois idiomas. Ele tinha nada mais nada menos do que 1.246.300 m² para comercializar.

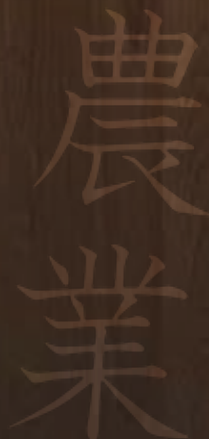
Com simpatia, Udihara foi conquistando seus conterrâneos e fundou 31 colônias de japoneses no Norte do Estado. Nessa trajetória foi gravando com suas filmadoras 8 e 16 mm e desse acer-



O neto Issao Yassuda e sua filha, Larissa 17 anos, bisneta de Udihara

vo 10 horas de gravações foram doadas ao Museu Histórico Padre Carlos Vaz Weiss, administrado pela Universidade de Londrina (UEL). Como agenciador de terras ganhou muito dinheiro, sustentando seu hobby de cineasta, mas não acumulou riquezas.

“Meu avô sempre foi muito altruísta e não media esforços para ajudar o próximo”, comenta o neto e médico Issao Yassuda Udihara. A Mostra Londrina de Cinema homenageou o primeiro cineasta da região dando seu nome ao prêmio da amostra. Udihara recebeu ainda o título de cidadão honorário de Londrina e do Paraná. Em Londrina, uma escola, rua e praça levam seu nome.





Portal da Colônia Esperança onde já moraram mais de 150 famílias de imigrantes japoneses

A Colônia Esperança de Suzuki

Shin-ai em japonês significa fé (shin) e amor (ai). Foi com esse espírito que foi fundada em 1935, em uma área de 24 mil hectares a Colônia Esperança, em Arapongas. A história é relatada por Ignácio Suzuki, filho do fundador da Colônia, Koshiro Suzuki, também uma iniciativa da Companhia de Terras Norte do Paraná.

“Meu pai trabalhou duro junto com seus conterrâneos para derrubar a mata fechada e erguer o primeiro patrimônio coletivo: a Igreja Sagrado Coração de Jesus, um pequeno templo, coberto com folhas de palmito. Anos depois a pequena construção foi substituída por um prédio em alvenaria, que se transformou em patrimônio local com o altar em detalhes em ouro queimado”, conta Suzuki.

Hoje vivem apenas 30 famílias na região. Com a decadência econômica em 1988, Ignácio Suzuki, filho do fundador da colônia, refez a rota e voltou ao ponto de onde seu pai saiu: o Japão. “O Brasil está no meu coração. Fiquei no Japão o tempo suficiente para ter uma vida financeira mais tranquila. Foram três anos trabalhando em média 14 horas por dia em fábricas”, revela Suzuki, que estranhou a terra natal

dos ancestrais. Suzuki achou que era ‘muito japonês’. “Lá eles nos chamam de gaijin, que significa estrangeiro. Eles nos discriminam muito e eu percebi que sou mesmo brasileiro, principalmente por causa da cultura e da liberdade que temos aqui”, conta.



Ignácio Suzuki valoriza muito a liberdade de ser brasileiro

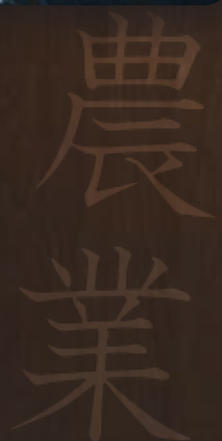


Koshiro Suzuki e outros companheiros desbravando a região onde foi criada a Colônia Esperança

Prédio em alvenaria da igreja Sagrado Coração de Jesus: primeiro patrimônio coletivo da Colônia



Interior da igreja onde o altar foi construído com detalhes em ouro queimado





Miguel Massake: bom humor e perseverança são as marcas de sua trajetória de sucesso.

Os abacates de Massake

O nissei Miguel Massake descobriu e aprimorou o cultivo de uma espécie de abacate que hoje é a mais plantada no Brasil, resistente ao frio e de maturação tardia. Em 1940, com 3 anos, Miguel Massake e os pais Sujimatsu Makuama e Sagat Ken, chegaram ao Brasil e também foram morar na Colônia Esperança, em Araçatuba.

“A região era só mato. O transporte e a venda da produção tinham que ser feitos por carroças. Naquele tempo um cavalo valia o equivalente a três hectares de terra, pois era o único meio de transporte”, conta Massake.

Em 1950 o imigrante iniciou o plantio de sementes de abacate. Uma delas teve um desenvolvimento diferenciado. E em 1979, através do engenheiro agrônomo

Masasuke Mashima, responsável pela produção de frutas da extinta Cooperativa Agrícola Cotia, foi comprovada que a variedade de Massake tinha uma linhagem e características diferenciadas. A nova cultivar foi batizada de “Margarida”, em homenagem a esposa de Massake. Ele obteve o registro na época do Ministério da Agricultura como produtor de mudas.

O cultivo da fruta permitiu a Massake criar e garantir o curso superior para os sete filhos: Beatriz - Assistência Social; Inácio - Administração de Empresas; Rogério - Educação Física; Enilda - Pedagogia; Volnei e Alexandre - Ciência da Computação e Karina - Análise de Sistemas.

A cultivar “Margarida” não proporcionou apenas renda para a família, mas também reconhecimento, algo para os imigrantes japoneses de extrema valia. “Não adianta crescer sozinho. Quando todo mundo produz bem o país cresce também”, afirma Massake.

Com apoio das Universidades Estaduais de Londrina e Maringá Massake, com 74 anos, esta desenvolvendo uma nova cultivar o “Dourado”. Sua propriedade continua produzindo abacate de março a dezembro com as cultivares Margarida e Quintal. O trabalho na lavoura foi repassado ao filho Inácio e ao genro Claudio Alencar. Este ano a estimativa de produção é de 30 mil mudas de abacate e 2,7 toneladas de abacate.



500 mil toneladas

A pesar da desvalorização do dólar, a avicultura paranaense fechou o primeiro semestre de 2011 com o maior volume e faturamento nas exportações dos últimos cinco anos. Os dados são do Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná (Sindiavipar), com base em levantamento da Secretaria do Comércio Exterior (Secex), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O acumulado nos embarques nos seis primeiros meses de 2011 foi de 499,7 mil toneladas de frango – contribuindo com 25,89% da exportação avícola do Brasil, o que rendeu ao setor um faturamento de U\$ 968,44 milhões. Os números representam um crescimento em relação a 2010 de 4,5% e 19,4%, respectivamente. No ano passado, foram exportados 477,29 mil toneladas, com um faturamento de U\$ 780,57 milhões.

“Mesmo com o câmbio desfavorável, estamos conseguindo agregar valor aos nossos produtos. Isso é devido à disponibilidade e à variedade que as indústrias avícolas do Paraná apresentam”, explica o presidente do Sindiavipar, Domingos Martins. Segundo ele, além da quantidade produzida, é preciso destacar também a qualidade do frango de corte produzido no Paraná, fruto de investimentos em genética, manejo, ambiência e sanidade. “Uma das principais estratégias adotadas por essas indústrias para ter forte penetração em todo o mundo, é investir em cortes específicos, respeitando padrões culturais e religiosos de diferentes países”, revela.

Principal produtor e exportador de frango de corte do país, atualmente, o Estado comercializa com 120 destinos no mercado externo.

**Avicultura
fatura quase
US\$ 1 bilhão
em
exportações
no semestre**

Na lista de principais destinos estão países do Oriente Médio (como Arábia Saudita, Hong Kong, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Egito), Japão, Venezuela, Holanda, África do Sul e Alemanha, que concentram cerca de 65% do volume das vendas paranaenses para o mercado externo.

Abate

Os níveis de produção do Paraná também mantiveram bons números nesse primeiro semestre. O estado abateu 692.471.019 cabeças de frango, 5,71% a mais que em 2010, quando foram abatidas 652.940.706 cabeças em todo estado no mesmo período. Esse é o maior número semestral dos últimos cinco anos na produção avícola do estado, que vem avançando a cada ano, com um aumento de 31,11% em relação a 2007.

O mercado brasileiro também tem um bom índice de consumo, o que mostra a força da carne de frango na economia nacional”, analisa Martins. No ano passado, o brasileiro consumiu em média, 44 quilos de frango. “Nosso desafio é manter essa posição de destaque nacional tanto na produção quanto nas vendas de aves, incentivando os avicultores do estado a continuar priorizando o controle e na qualidade do frango que é produzido aqui”, avalia Martins.

(Com Avisite)





FAEP cobra ações d

Novo marco regulatório na operação das ferrovias pode melhorar eficiência dos serviços

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) editou no Diário Oficial da União (DOU) de 20 de julho três regulamentos com o objetivo de ampliar a eficiência nos serviços prestados pelas concessionárias das ferrovias.

Essas mudanças eram muito aguardadas pelos usuários do transporte ferroviário e podem aumentar a competitividade na operação das ferrovias, reduzir preço das tarifas e melhorar a qualidade no transporte de cargas, mas dependem de uma estrutura compatível da ANTT com as suas obrigações fiscalizatórias.

Para Ágide Meneguette, presidente da FAEP, “o governo federal tem que dar as condições de estrutura e pessoal para que a Agência possa cumprir o seu papel fiscalizador e de monitoração desses regulamentos,” disse.

A aprovação do regulamento dos usuários dos serviços de transporte ferroviário de cargas define regras sobre os direitos e deveres dos usuários, responsabilidade

pela qualidade dos serviços e penalidades que poderão ser impostas aos prestadores de serviços em caso de descumprimento das regras.

Outra resolução fixa as regras para o estabelecimento de metas de produção a serem acertadas entre as concessionárias e a ANTT. Por fim, a consolidação do regulamento das operações de direito de passagem e tráfego mútuo, define as regras sobre o direito de passagem, o qual consiste no uso, por uma concessionária, dos trilhos de outras para que seu trem alcance um destino, pagando uma espécie de “pedágio”.

Segundo o diretor-geral da ANTT, Bernardo Figueiredo, em matéria do jornal Valor Econômico de 21 de julho, as medidas causarão impacto maior sobre as concessionárias a partir do próximo ano, quando entrarão em vigor as novas metas e o novo regime tarifário, definido de acordo com os produtos transportados e a malha utilizada. Segundo o diretor-geral da ANTT, a definição do preço-teto será concluída pelo



Divulgação

Reunião em Brasília discutiu o marco regulatório das ferrovias. A FAEP esteve representada pelo coordenador do DTE, o economista Pedro Loyola

o governo federal

órgão no prazo máximo de 120 dias.

Figueiredo considera que o novo marco não terá grande efeito sobre o setor, se não houver “vontade do mercado de investir”. A expectativa do governo, segundo ele, é que haja um aquecimento do transporte de cargas e novos investimentos no país, por meio da aquisição de locomotivas e vagões e da renovação da malha ferroviária.

ESALQ-LOG estuda as tarifas ferroviárias do Paraná

Um estudo que está sendo feito pela Esalq-Log - Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial, sobre as tarifas ferroviárias praticadas no Estado, tem sido apresentado para representantes de empresas e cooperativas do agronegócio que dependem do transporte para seus produtos.

Batizado como “Projeto Jamaica”, porque o Esalq-Log tem a tradição de associar um nome de país ou região a cada projeto desenvolvido pelo grupo, o estudo irá analisar todos os produ-

tos que dependem de transporte, como soja, milho, etanol, fertilizantes, calcário, carnes, entre outros, avaliando tecnicamente como se formam as tarifas.

“Com o estudo, o setor produtivo poderá ter instrumentos para buscar a prática da precificação de uma tarifa justa. Para isso precisamos ter referências de planilhas de custos ferroviários do Paraná”, disse Meneguette. “Precisamos entender como estas tarifas se formam e como o governo pode e deve intervir quando necessário”, completou.

O grupo de pesquisadores da Esalq-Log é liderado pelo professor José Vicente Caixeta Filho e conta com um Comitê Gestor formado por profissionais da FAEP, Ocepar e Alcopar.

Com informações do Valor Econômico, ANTT, Reuters, DTE/FAEP

> **Saiba mais:**

Veja a íntegra das Resoluções 3.694, 95 e 96 em <http://www.antt.gov.br/resolucoes/resolucoes2011.asp>

Consultores ambientais e um grupo de professores da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), realizaram para a FAEP, em 2010, o diagnóstico “Aspectos Ambientais da Relação Campo & Cidade no Estado do Paraná”. O estudo tratou da tolerância aos impactos causados ao meio ambiente nas cidades, contrastando ao meio rural, onde ocorre uma desproporcional regulamentação legal e ações fiscais. Ou seja, quem polui é tolerado, quem limpa é multado.

As águas mortas das cidades

Diagnóstico da ANA mostra a tragédia das águas nas regiões metropolitanas

A maioria dos rios, lagoas e reservatórios com água em condições de qualidade ruim ou péssima está próxima a regiões metropolitanas. O diagnóstico está no relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – Informe 2011, divulgado pela Agência Nacional de Águas (ANA).

De acordo com dados coletados em 2009, a maior parte dos corpos d'água com Índice de Qualidade da Água (IQA) péssimo ou ruim está nas proximidades das regiões metropolitanas de São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Porto Alegre, do Rio de Janeiro, de Salvador e de cidades de médio porte, como Campinas (SP) e Juiz de Fora (MG). “Essa condição está associada principalmente aos lançamentos de esgotos domésticos”, constata o relatório.

Dos 1.747 pontos monitorados em 17 estados, 2% têm condições péssimas e 7%, condições ruins. A avaliação é feita com base em nove parâmetros, que refletem principalmente a contaminação por esgoto doméstico. Entre 2008 e 2009, o percentual de pontos com índice de qualidade considerada ótima caiu de 10% para 4%.

No geral, o cenário se manteve estável: em 2008, 70% de pontos tinham

condições boas, em 2009 o percentual foi 71%. “O diagnóstico dos pontos monitorados revela a manutenção do quadro geral do país, com várias bacias comprometidas devido ao grande lançamento de esgotos urbanos domésticos”, aponta o estudo.

Apesar da concentração da água de má qualidade nas bacias próximas a grandes centros urbanos, a ANA considera que houve avanços pontuais em alguns casos, diretamente ligados a investimentos em saneamento e tratamento de esgoto.

“Há uma clara associação entre investimentos em tratamento de esgotos e melhoria da qualidade da água. É necessário continuar fazendo investimento nesse setor”, avalia Alexandre Lima Figueiredo, da Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos da agência.

Segundo o estudo, entre 2005 e 2009 houve aumento dos repasses para o tratamento de esgoto, principalmente por meio do chamado PAC do Saneamento. No entanto, apesar do crescimento da receita para o setor, os R\$13,2 bilhões executados em projetos de saneamento em 2009 representam menos de 60% do total necessário para solucionar os problemas.

Agência Brasil

“

Nas grandes e médias cidades brasileiras não há mais rios vivos, são cloacas mal cheirosas e só se recuperam quando suas corredeiras alcançam o meio rural.

Esse estudo esclarece àqueles que veem o produtor como um devastador, quando é exatamente o contrário. Os rios são a prova disso.

Ágide Meneguette,
presidente do Sistema FAEP.

”

RETRATO TRÁGICO

A maioria das cidades brasileiras apresenta déficit nos serviços de saneamento ambiental, em que grande parte do esgoto urbano é lançada em rios sem o devido tratamento, a rede de água tratada é insuficiente e a coleta de lixo não atende todas as residências. Essa situação é mais grave nos bairros pobres. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 60% das residências localizadas em bairros carentes não possuem saneamento; nos domicílios das famílias com rendimento superior a cinco salários mínimos (acima de 2.550,00 reais), esse percentual é de apenas 24%. Em 2008, 52,5% das residências do país possuíam rede de esgoto. Conforme o Ministério do Meio Ambiente, para se tratar 70% do esgoto nas cidades brasileiras, os gastos financeiros seriam de aproximadamente 12 bilhões de reais por ano.

mundoeducacao.uol.com.br/geografia/saneamento-no-brasil.htm



Novidades sobre o

Márcia C. S. Stacechen, assessora jurídica do SENAR/PR

François Gnoatto, advogado da FAEP

Todo produtor rural é obrigado a contribuir para a Seguridade Social, seja sobre a folha de salários, seja sobre o faturamento.

A alíquota do Funrural é de 2,1%, sendo 2,0% para o INSS e 0,1% para o RAT.

A contribuição ao SENAR nunca foi objeto de discussão, e permanece obrigatória, com a alíquota de 0,2% sobre a receita bruta da comercialização da produção rural.

Eventual direito de restituição é do produtor rural, nunca do adquirente.

Em fevereiro de 2010, ao julgar o Recurso Extraordinário nº 363.852/MG, interposto pelo Frigorífico Mataboi, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela inconstitucionalidade da contribuição do empregador rural pessoa física sobre a receita bruta da comercialização da sua produção rural, conhecida como FUNRURAL, sob a égide das Leis 8.540/92 e 9.528/97. Após essa decisão, milhares de processos foram ajuizados pelos produtores, pedindo a restituição da contribuição previdenciária que pagaram nos anos anteriores.

No julgamento do RE 363.852/MG, o STF entendeu que antes da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, não havia amparo constitucional para a cobrança do FUNRURAL sobre a receita da comercialização. Duas discussões se iniciaram então:

– Após a edição da Lei 10.256, em 09 de julho de 2001, tornou-se constitucional ou não a cobrança do FUNRURAL sobre a receita da comercialização da produção rural do produtor rural pessoa física?

– Como seria o pagamento da contribuição previdenciária patronal do empregador rural pessoa física?

O STF não se manifestou sobre essas questões, o que gerou em alguns a falsa impressão de que, com o julgamento desse processo do Frigorífico Mataboi, o produtor rural não era mais obrigado a contribuir com a Seguridade Social. Isso não somente é impossível, como ainda seria inconstitucional, uma vez que o art. 195, I, prevê a contribuição obrigatória de todos os empregadores.

Logo, não é cabível se imaginar que o produtor rural seria a única classe de empregado-



Arquivo pessoal

res dispensada do pagamento da contribuição previdenciária.

A dúvida a respeito da Lei 10.256/2001 tem sua origem na própria decisão do STF: “... até que legislação nova, arrimada na EC 20/98, institua a contribuição”. Relembrando: a EC 20/98 modificou a redação do art. 195 da Constituição, acrescentando a expressão “receita” como uma das bases de cálculo possíveis para a incidência da contribuição.

A partir da decisão do STF, o questionamento passou a ser: a Lei 10.256/2001, editada após a EC 20/98, atende aos requisitos necessários para tornar a cobrança constitucional? Para o Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, não.

A Corte Especial do TRF da 4ª Região, que julga os recursos dos processos da Justiça Federal ajuizados no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, publicou em 20/07/2011, a sua decisão na Arguição de Inconstitucionalidade na Apelação Cível nº 2008.70.16.000444-6, de que a contribuição rural do produtor rural pessoa fi-

Funrural



Fernando Santos

Remanescendo, desse cálculo, algum saldo em favor do produtor, será restituído pela União.

Desde o início da discussão judicial sobre a constitucionalidade do FUNRURAL, é a primeira vez que um Tribunal manifesta-se abertamente sobre a necessidade de a obrigação recair, obrigatoriamente, sobre a folha de salários, nos moldes anteriores à Lei 8.540/92. Pela decisão, o produtor rural pessoa física que ingressa com ação judicial está sujeito ao pagamento da contribuição previdenciária patronal no valor mensal de 20% do total da sua folha de pagamento de salários e remunerações, mais o percentual do RAT – Riscos Ambientais do Trabalho (3%), retroativo ao período em que pede a restituição do FUNRURAL, mediante encontro de cálculos e abatimentos: desconta-se do que pagou de FUNRURAL o valor que deveria ter pago sobre a folha de salários.

Só que essa história ainda não acabou, pois a Procuradoria da Fazenda Nacional anunciou que irá recorrer dessa decisão do TRF da 4ª Região, sustentando que se acaso houve alguma inconstitucionalidade no FUNRURAL, a Lei 10.256/2001 sanou. Ou seja, o imbróglio continua. A verdade é que o STF perdeu uma bela oportunidade de resolver esse problema do FUNRURAL, que tanta insegurança jurídica tem causado.

Em termos práticos, prevalece a orientação já repassada pela FAEP nos BOLETINS INFORMATIVOS 1085 e 1087: que cada produtor faça seus próprios cálculos e estude com cautela se obterá benefício com o ingresso de processo judicial. O cálculo é o seguinte:

Total da comercialização anual x 2,1%
= FUNRURAL pago no ano
Total mensal dos salários pagos aos empregados x 13,33 (12 meses + 13º + férias) x 23% = INSS sobre a folha de pagamento

Cada caso deve ser analisado individualmente, pois não recolher o FUNRURAL implicará no recolhimento sobre a folha de pagamento de salários e, em muitos casos, o FUNRURAL tem um custo menor.

O segurado especial é obrigado pelo artigo 195, § 8º, da Constituição ao pagamento do Funrural, de 2,1% sobre a receita bruta da comercialização da sua produção rural, e não tem legitimidade jurídica para ingressar com ação judicial. O Funrural garante a aposentadoria do segurado especial.

A obrigação de recolher o Funrural ainda permanece válida e somente não sofrerá o desconto na comercialização o produtor que ingressar com ação judicial e obtiver liminar em seu favor.

O Funrural é pago quando da venda da safra. A contribuição sobre a folha de salários é paga mensalmente.

sica sobre a receita bruta da comercialização da produção (FUNRURAL) permaneceu inconstitucional inclusive após a entrada em vigência da Lei 10.256/2001 e, esclarecendo a dúvida existente no meio rural, afirmou ser exigível nesse caso a contribuição sobre a folha de salários. A ementa da decisão pode ser lida na íntegra no site do Sistema FAEP (www.sistemafaep.org.br).

Essa decisão foi muito importante, pois definiu a tendência de resultado dos processos ajuizados pelos produtores rurais pessoa física do PR, SC e RS:

Inconstitucionalidade da cobrança da contribuição previdenciária sobre a receita bruta da comercialização da produção rural.

Direito de restituição dos valores pagos nos últimos dez anos, nas ações ajuizadas até 08/06/2010. Para as ações posteriores, a restituição é apenas dos últimos 5 anos.

Abatimento sobre esse crédito do valor da contribuição incidente sobre a folha de pagamento de salários.

As orientações da FAEP

Com o começo da nova safra e das contratações de financiamentos, seguros e Proagro em andamento, os produtores rurais precisam ficar atentos aos cuidados que devem observar para não ter surpresas desagradáveis na eventualidade das análises de indenização ou renegociações por parte dos agentes financeiros ou seguradoras. Diante disso, o Departamento Técnico Econômico da FAEP elaborou esse material de orientação para consulta dos produtores e Sindicatos Rurais.

Procedimentos

Item a ser observado	Procedimentos
Orçamento para financiamento	Informar corretamente a lavoura implantada e a área; Anexar as coordenadas geográficas e os croquis distinguindo claramente a área de lavoura financiada e a não financiada, se houver. Comunicar por escrito ao agente financeiro qualquer mudança de plano
Zoneamento agroclimático	Seguir obrigatoriamente as indicações do zoneamento agrícola para a época de plantio e a escolha da semente a ser utilizada Para consultas ao zoneamento agrícola na Internet utilize o link abaixo ou consulte o assistente técnico da sua região: http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/zoneamento-agricola/portarias-segmentadas-por-uf
Semente própria	É possível usar semente própria ou semente salva, desde que o produtor tenha registrado junto ao Ministério da Agricultura - MAPA, na safra anterior, seu interesse em guardar parte da produção para usar como semente na safra seguinte. Deve ser entregue ao agente financeiro a nota fiscal da aquisição das sementes que originaram a semente salva
Análise de solo/adubação	É obrigatória a apresentação de análise química de solo a cada 2 anos e análise granulométrica a cada 10 anos A adubação deve ser efetuada conforme os resultados da análise Para as operações contratadas até 30/6/2011, só é exigida análise para financiamentos acima de R\$12 mil A partir de 1/7/2011 passa a ser exigida a partir de R\$ 8 mil.
Condições da lavoura	Manter a lavoura livre de ervas daninhas. Combater pragas ou doenças que tenham métodos de controle estabelecidos.



Proagro

Os produtores que aderirem ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) na contratação do seu financiamento, precisam cumprir as normas estabelecidas no Manual do Crédito Rural, caso contrário enfrentarão dificuldades para obter indenização em caso de frustração de safra.

Notas fiscais	As notas fiscais devem ser bem guardadas, as primeiras vias serão exigidas em caso de solicitação de indenização. As datas das notas de aquisição de sementes e fertilizantes devem ser anteriores ao plantio. Para os defensivos agrícolas podem ser anteriores ao plantio ou conforme a necessidade de aplicação. As notas devem estar no nome do produtor que financiou a lavoura.
Laudos de assistência técnica	Exigir do assistente técnico a elaboração de 3 laudos da lavoura, nas fases de desenvolvimento vegetativo, formação de grãos e maturação. Informar todos os tratamentos fitossanitários realizados. A responsabilidade da entrega dos laudos ao agente financeiro é do produtor.
Comunicação de perdas em caso de eventos amparados pelo Proagro	Comunicar ao agente financeiro até 3 dias depois de ocorrido o evento, desde que lavoura tenha tido perdas estimadas em aproximadamente 30%. O agente financeiro tem até 5 dias após a comunicação para enviar o perito para realizar a vistoria. Não fazer nenhuma intervenção na lavoura enquanto o perito não realizar a vistoria, sob o risco de ser negado o pedido de indenização.
Se a perda for total	Seguir a orientação do perito e só mexer na lavoura após a vistoria.
Se a perda for parcial	Continuar com os tratos culturais necessários para minimizar os prejuízos. Comunicar qualquer novo evento que tenha agravado as perdas Comunicar o período previsto para a colheita para que o perito realize a vistoria final e autorize a realização da colheita Aguardar a autorização do perito para realizar a colheita
Após a colheita	Comercializar e levar a primeira via da nota fiscal ao agente financeiro.
Se o produtor não concordar com a decisão do agente financeiro sobre o valor da cobertura concedido para ressarcir o sinistro	Até 30 dias após conhecer a decisão do agente financeiro o produtor pode recorrer à Comissão Especial de Recursos-CER, encaminhando dados novos que justifiquem uma revisão da decisão. Procure o gerente para entrar com o recurso. Cópia de todo o processo deve ser providenciada pelo agente financeiro e encaminhada à CER juntamente com os novos dados apresentados pelo produtor.

Seguro agrícola

O seguro agrícola cobre as lavouras contra perdas decorrentes principalmente de fenômenos climáticos. Inclui a cobertura de sinistros sobre a planta, desde sua emergência até a colheita, contra a maioria dos riscos de origem externa, tais como, incêndio e raio, tromba d'água, ventos fortes, granizo, geada, chuvas excessivas, seca e variação excessiva de temperatura.

Tão logo o produtor confirme perdas relevantes sobre sua lavoura por evento climático coberto pelo seguro, deve comunicar ao seu agente de seguro o mais rapidamente possível para que possa ser providenciada a vistoria por um perito designado.

Para que o produtor possa ser atendido na sua solicitação de cobertura do sinistro ocorrido, precisa se certificar do cumprimento das suas obrigações estabelecidas na apólice do seguro:

- Conduzir a cultura respeitando o zoneamento agrícola divulgado pelo Mapa e conforme as recomendações técnicas dos órgãos oficiais e entidades técnicas especializadas para atingir a produtividade esperada, especialmente no que se refere à quantidade, variedade e sanidade das sementes/mudas empregadas, época de plantio, assim como o emprego adequado dos tratamentos culturais e fitossanitários;
- Apresentar à seguradora as coordenadas geográficas georreferenciadas e croquis com identificação e localização da área segurada;
- Permitir a Seguradora a inspeção dos bens segurados pelas pessoas por ela autorizadas a qualquer momento e facilitar o acesso a todos os detalhes e informações necessárias para a devida apreciação do risco;
- Comunicar imediatamente à Seguradora todas as circunstâncias que possam afetar ou alterar o risco descrito na Proposta de Seguro;
- Não erradicar a cultura ou realizar a colheita sem autorização da seguradora;
- Comunicar a seguradora o período previsto para a colheita para que o perito realize a vistoria final com avaliação da produtividade a ser obtida na área segurada;
- Apresentar à seguradora as notas fiscais dos insumos (sementes e adubo) utilizados na área segurada. Esses documentos devem estar em nome do segurado e da propriedade.
- Adotar todas as providências cabíveis no sentido de preservar os salvados, não podendo abandoná-los, quando ocorrer sinistro que atinja bens cobertos pelo seguro.
- Autorizar qualquer representante da Seguradora a obter informações sobre produções colhidas, área plantada, insumos aplicados e outros elementos necessários nas máquinas de beneficiamento, cooperativas, centros de abastecimentos, armazéns gerais, firmas compradoras, indústrias e entidades bancárias com as quais a cultura segurada estiver ou vier a estar vinculada;
- Comunicar por escrito à Seguradora, até o prazo máximo de 8 (oito) dias da sua ocorrência, os seguintes fatos:
 - Venda, alienação, cessão ou qualquer forma de transferência da cultura segurada;
 - Penhor ou qualquer outro ônus sobre a cultura segurada; e
 - Quaisquer modificações na área estabelecida na Apólice, bem como qualquer modificação no método de cultivo adotado;

O Segurado ou seu representante legal deverá acompanhar os trabalhos de levantamento dos prejuízos, assinando os laudos de inspeção de danos (Preliminar e Final) em conjunto com os peritos, mesmo se discordar das conclusões destes, caso em que deverá declarar no próprio laudo suas razões para a discordância.

Nos Sindicatos Rurais poderão ser obtidos os modelos a serem preenchidos pelos produtores (Pedido de Prorrogação, Assistência Técnica e Capacidade de Pagamento) em caso de necessidade.

Café com qualidade

Norte Pioneiro se credencia como produtor de café especial

O Sistema FAEP participou na semana passada da XII Feira Sabores do Paraná. Durante o evento, no estande instalado em parceria com Sebrae e Sesc/Senac, foram servidos quatro tipos de cafés especiais produzidos no Norte Pioneiro e no Centro-Norte do Paraná. O estande do Sistema FAEP foi decorado com café da propriedade da instrutora do SENAR-PR Raquel Fraiz.

Segundo o consultor de Agronegócios do Sebrae e Mestre Torrefador de Café em Jacarezinho, Adhemar Augusto Martins, que participou do evento, as amostras de café do Norte Pioneiro eram de três produtores da Associação de Cafés Especiais: Luiz Roberto Saldanha Rodrigues, da Fazenda Califórnia (Jacarezinho); Cornélia Marjot Gamerschlag, da Fazenda Palmeira (Santa Mariana) e Johann Nick, da Fazenda Jaboticabal (Tomazina).

“O nosso objetivo foi mostrar ao consumidor que produzimos um café de elevada qualidade nos 45 municípios da região”, disse.

O mestre contou que o segredo para produzir um café especial está na organização da propriedade e na padronização do produto. “Inovação, qualidade, tecnologia, qualificação, cursos, gestão, associativismo e certificação estão entre os fatores que alavancaram a produção do café especial na região. O produtor percebeu que ele pode ganhar mais produzindo um café com qualidade superior”, observou.

Martins ressaltou ainda a FICAFÉ, feira que está mudando os conceitos da atividade econômica, porque valoriza a qualidade do produto, a gestão empresarial das propriedades e a inovação tecnológica, agregando valor à produção do café e melhorando a rentabilidade do agricultor. “O Norte Pioneiro passa a ser reconhecido e respeitado, em todo o Brasil e no exterior, como origem de cafés de qualidade”.



Das pequenas propriedades, vêm os melhores cafés

Quem passou pela Feira também se surpreendeu com o café produzido em Grandes Rios. O produto foi um dos campeões do Concurso Café Qualidade Paraná da edição de 2010. O agrônomo da EMATER de Grandes Rios, Nelson Menoli Sobrinho conta, orgulhoso, que o café foi produzido por Alisson dos Santos, um rapaz de pouco mais de 20 anos que ajuda a família a “tocar” o sítio com um cafezal de 4,6 hectares.





Arquivo



Alerta! Falsários em ação

Representantes de uma empresa identificada como “Emater Emp. P. Agrop. Ext. Rural” estão aplicando um golpe que está lesando agricultores em vários municípios paranaenses. Os falsários se apresentam como compradores de produtos agropecuários, realizam o negócio com as famílias, e fazem o pagamento com cheque falsificado. Denúncias já surgiram nas regiões de Cascavel e Maringá.

A Emater, autarquia ligada à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, alerta os produtores que sua marca está sendo usada indevidamente e que não faz parte de sua missão institucional fazer a compra direta de alimentos junto aos agricultores.

Portanto, caso o produtor receba a visita de pessoas identificadas como funcionários ou proprietários dessa empresa, evite cair no golpe. Por segurança, só negocie com compradores que apresentem garantia de idoneidade.

Zoneamento Agrícola da Soja no Paraná

A FAEP comunicou ao Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), José Carlos Vaz, o contentamento dos produtores paranaenses pela sua decisão de promover discussões com representantes do setor técnico da agricultura paranaense, sobre a questão do zoneamento agrícola do milho e soja 2011/2012. Tais discussões, realizadas na Seab, em Curitiba, foram benéficas por terem acontecido antes do lançamento do zoneamento agrícola.

Ao se discutir o zoneamento agroclimático para a cultura da soja da próxima safra foram apresentadas sugestões pelo setor técnico. Tanto no campo como na pesquisa, aliadas as parâmetros apresentados pela coordenadoria do zoneamento e que atendem a maioria das demandas do setor produtivo paranaense, diz o documento.

No ofício da FAEP encaminhado à Vaz, porém, a entidade revela “grande preocupação com a informação de que estão em discussão mudanças drásticas para o zoneamento da soja em solos tipo 2, ou de textura média”.

“A experiência do produtor paranaense com esse tipo de solo, aliado ao plantio direto, já é tradição no Estado”, lembrou o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, “tem permitido, há décadas, que seja cultivado soja nessas áreas com bons resultados produtivos”. E Meneguette solicitou apoio para que a soja continue tendo a indicação do zoneamento agrícola para plantio nesse tipo de solo “condicionando a indicação ao “emprego do plantio direto”.



Na China é assim...

Os tribunais chineses condenaram os cinco principais acusados num escândalo ocorrido em março passado, quando foi detectado carne de suínos com “clembuterol”, um anabolizante que reduz a gordura e aumenta a massa muscular. Liu Xiang, o fabricante do anabolizante, foi condenado à morte, outros três cúmplices que vendiam o produto foram sentenciados à prisão perpétua e o último a 15 anos de prisão. Embora a carne com o anabolizante não tenha causado vítimas, a acusação foi “ameaça à segurança alimentar”.

FAEP pede R\$ 80,00 para o feijão

Cálculo do preço mínimo está equivocado

Líder na produção nacional de feijão segundo a Conab, na safra 2010/2011 a produção do Paraná deve totalizar 802,3 mil toneladas, respondendo por 23% do consumo nacional. O custo operacional de produção calculado pela Conab no município de Campo Mourão, foi estimado em R\$ 66,69 por saca para safra 2011/2012. E o custo total em R\$ 80,35. No entanto, a produção desse município é de 420 toneladas e não representa a realidade de produção, produtividade, padrão de tamanho médio das propriedades e tecnologia dos principais municípios produtores do estado. Os custos de produção calculados pela Conab para o Paraná revelam variações até R\$103,69 em Prudentópolis, o segundo maior município produtor, em torno de 50 mil toneladas, e representa melhor a condição de tamanho médio de propriedade, tecnologia e produtividade.

Reavaliação

O custo estimado para os municípios de Prudentópolis, São Mateus do Sul, Pitanga e Ivaiporã para safra 2010/2011 são mais próximos do cenário de produção paranaense com custo operacional médio de R\$ 79,90 por saca, evidenciando a necessidade de manutenção do preço mínimo de R\$ 80,00 por saca.

Em documento encaminhado ao secretário de Secretário de Política Agrícola do Mapa, José Carlos Vaz, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette manifesta a preocupação do setor produtivo paranaense com esse cenário. E pede ao governo que reconsidere a decisão constante no Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012, onde o preço mínimo do feijão do tipo 2 é reduzido de R\$ 80,00 para R\$ 72,00 por saca, restabelecendo o preço anterior.

A redução de 10% do preço mínimo estabelecido na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGMP) vai desestimular o produtor, que irá reduzir área e aplicará menos tecnologia para baixar custos. "Ao invés de equilibrar preços, a medida pode causar elevações significativas a exemplo da alta de preços no último quadrimestre de 2010 causado pela escassez do produto diante de redução de área", relata Meneguette.

Assim, o presidente da FAEP solicitou ao secretário de Política Agrícola que seja observado urgentemente a observação da realidade de custo no Paraná, com ajuste no preço mínimo, restabelecendo-o em R\$ 80,00 por saca.

Prejuízos maiores entre os pequenos

A redução do preço atingirá principalmente agricultores familiares que têm no feijão a alternativa de produção compatível com seu nível tecnológico. Os principais municípios produtores como Castro, Prudentópolis, Reserva, São Mateus do Sul têm área média entre 5 a menos de 50 hectares, de acordo como o Censo Agropecuário 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mergulho digital

Cursos gratuitos do SENAR-PR abrem fronteiras

A informática e a internet são as grandes fronteiras deste século, que vêm sendo desbravadas todos os dias por usuários de todo o mundo. O SENAR-PR contribui com cursos gratuitos, para que cada vez mais produtores rurais entrem no mundo da web.

Foi o que aconteceu em Maringá. O sindicato ofereceu dois cursos de informática: o primeiro, em junho, de Inclusão Digital Básico, com a participação de 12 produtores, entre eles o casal Antonio Marques Neto, 68 anos e Ema Eliza Edulla Marques, 61 anos. “Eu já tinha começado um curso de informática no SESC, mas não fiz até o final por timidez. Como havia outras pessoas que sabiam um pouco mais, a gente acabava se constrendo”, revelou Marques.

Dona Ema, esposa de Marques, curtiu muito o curso. “A gente que tem mais idade precisa de alguém com paciência para explicar. Fizemos os dois cursos, o básico e o avançado. Agora converso com meus parentes nos Estados Unidos e Inglaterra sem nenhum problema. E as tabelas do Excel também tiro de letra. Estou pronta para participar de outro curso de informática que o SENAR-PR for organizar”, contou.

O segundo curso aconteceu em julho, também no Centro Universitário de Maringá (Cesumar), que, em parceria com o Sindicato Rural, disponibiliza o laboratório de informática. No segundo curso, de inclusão digital avançado, com carga horária de 24 horas, além do casal Marques o produtor rural Helio Jun Kuroda, que cultivava 100 hectares de grãos, participou com seus filhos Helder, 18 anos e Diogo 17.

“Os meninos já dominavam a internet, mas o curso de Excel nunca tinha feito. O curso foi muito bom. Pra mim abriu novas fronteiras. Estou disposto a fazer outros cursos mais avançados

Fotos: Sistema FAEP



SENAR-PR levando o produtor para o mundo da web

de informática que o SENAR-PR venha oferecer”, disse.

“O segredo está na organização das turmas. Temos que reunir o maior número de produtores com o mesmo perfil, para que eles possam tirar o máximo de conhecimento dos cursos”, conta a mobilizadora do sindicato Angélica Pelisson.

Nos próximos meses o Sindicato Rural de Maringá vai organizar estes cursos para as extensões de base do Sindicato.



Por Christiane Kremer e Isaias Antunes

Na sua **caixa de entrada!**

Se buscar informação na internet já é sinônimo de comodidade, imagine recebê-las diariamente por email? É comum que portais e sites especializados na atividade rural não restrinjam seus conteúdos a home page.

A maioria oferece a opção de enviar informações selecionadas direto na caixa de entrada do internauta. São boletins diários com as principais notícias do dia, previsões meteorológicas, planilhas de custo de produção, análises de mercado... Cada site procura disponibilizar ao menos um serviço mais personalizado ao seu público.

No portal do Sistema FAEP – www.sistemafaep.org.br – você encontra algumas dessas opções para se manter bem informado. Com um simples cadastro no portal, você passa receber diariamente, por email, o Boletim Diário; semanalmente a versão online do Boletim Informativo e agora, mais recentemente, o boletim Safras Infoagro, enviado todas as segundas-feiras. Nesse último, o produtor conta com a análise de mercado elaborada pela equipe da Safras e Mercados, uma empresa brasileira líder em consultoria para o agronegócio, além das cotações de mercados agrícolas e uma avaliação resumida dos mercados interno e externo, elaborada pela economista da FAEP Gilda Bozza.

Informações fresquinhas e conteúdo confiável feito especialmente para o produtor. Mais de 7.600 internautas já estão cadastrados para receber os materiais. Quer estar entre eles? Entre no site www.sistemafaep.org.br. No menu, ao lado esquerdo, clique em **Quero receber**

conteúdo exclusivo, preencha seus dados e clique em “enviar”. Pronto! Nos próximos dias você também começará a receber os boletins online do Sistema FAEP.



Você conhece outros sites interessantes? Compartilhe! Envie para: conexaorural@sistemafaep.org.br



[flickr.com/photos/sistemafaep/](https://www.flickr.com/photos/sistemafaep/)



twitter.com/sistemafaep



[youtube.com/user/sistemafaep](https://www.youtube.com/user/sistemafaep)



ALEXANDRE

Não fique nervoso

Para controlar o nervosismo numa entrevista de emprego ou o primeiro encontro com a amada, por exemplo, assopre bastante, num saquinho, no seu dedo ou em qualquer outro lugar. Quando sofremos uma grande descarga nervosa e não estamos em movimento, temos uma hiperventilação, aumentando a concentração de oxigênio em um lugar chamado gás alveolar, onde ocorrem as trocas de gases no pulmão. Assoprando “com força”, você reduz oxigênio no gás alveolar e a frequência cardíaca volta ao normal rapidamente, sem precisar de calmantes. Só cuide para ao assoprar não cuspir na amada nem no futuro chefe.



A volta que a água dá

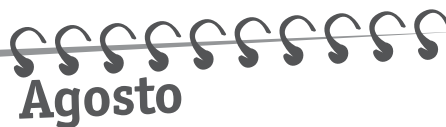
O ciclo da água em escala planetária é como um sistema de destilação gigantesco. O aquecimento das regiões tropicais devido à radiação solar, provoca a evaporação contínua da água dos oceanos. Sob a forma de vapor e pela circulação geral da atmosfera, é transportada para outras regiões. Durante essa “viagem” parte do vapor de água se condensa devido ao arrefecimento e forma nuvens que originam as chuvas.

Você sabe o que é tafofóbico?

Tafofobia é o medo de ser enterrado vivo. Receio de acordar dentro de um caixão, debaixo da terra, sufocado. Não estranhe porque se você pesquisar vai ver que todo mundo, no fundo, é tafofóbico. Uns mais outros menos.

Sem sangue

A única parte do corpo humano que não recebe sangue é da córnea. Ela não é suprida pelo sangue e absorve o oxigênio necessário diretamente do ar.



	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

BEM NA FOTO



Salgando a costela!

Agosto, desgosto

O nome do mês foi criado pelos antigos romanos para homenagear Augusto, César Augusto, filho adotivo de Júlio César, a partir do qual o nome Augusto passou a designar todos os imperadores romanos. Passou a ser conhecido como mês do desgosto, por vários episódios dramáticos ocorridos. Entre eles, os americanos jogaram as duas bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, em 6 e 9 de agosto de 1945. No Brasil, o presidente Getúlio Vargas suicida-se, com um tiro no peito, na madrugada de 24/8/1954. Jânio Quadros renuncia à Presidência da República em 25/8/1961, num gesto nunca explicado, alegando sofrer pressões de “forças ocultas”. Faça sua aposta para este agosto/2011.



Sorria para a BR Foods e aguarde...

Em Tunbridge Welles, na Inglaterra, morava sozinha a senhora Gray, solteirona e sem qualquer parente sucessível. Diariamente, o leiteiro deixava-lhe um litro de leite e o cumprimento matutino acompanhado de largo e simpático sorriso. Quando abriram o testamento de Gray, verificaram que ela deixara toda a fortuna para o jovem leiteiro, agradecida pelo sorriso que dele recebeu durante vários anos. Você, produtor de leite, tem cumprimentado alegremente e esbanjado sorriso para a BR-Foods ou para o dono do laticínio da tua região?

Conselho

O mendigo chega para uma senhora e pede uma esmola.

- Em vez de ficar pedindo esmolos, por que não vai trabalhar?
- Dona, estou pedindo esmola e não conselhos.



ALEXAN DRE

Infames

1. Para que serve óculos verde?
Para verde perto.
2. Por que a Coca-Cola e a Fanta se dão muito bem?
Porque se a Fanta quebrar, a Coca-Cola!
3. Como se fala top-less em chinês?
Xem-chu-tian.
4. Qual o cereal predileto do vampiro?
Aveia.



Nada se perde

A titica de galinha é rica em nitrogênio. Transformada em composto para adubo, volta para a terra e é transformada em compostos nitrogenados por atividade bacteriana. Assim, o nitrogênio torna-se novamente aproveitável pelas plantas fechando-se o seu ciclo bioquímico.



Loiras

Duas loiras estavam conversando em um bar quando começaram a falar sobre filhos (já que as duas tinham filhos pequenos) e uma delas falou:

- Ai amiga meu filho já ta andando faz 6 meses.

- Nossaaaaaaa então ele já deve tá bem longe hein!

Continência

A saudação militar nasceu nos tempos medievais. Os cavaleiros costumavam apresentar-se ao Rei antes das batalhas. Sua Majestade queria ver nos olhos dos soldados "o brilho da confiança e do amor ao Rei". Como estavam sempre de armadura, os soldados eram obrigados a levantar a viseira que lhes cobria os olhos. Faziam isso com a mão direita, pois a esquerda conduzia a espada. Desde então, em respeito às autoridades, surgiu o sinal de continência.

ALEXAN DRE



CURSOS

Marilândia



Curso de Tratorista

O Sindicato Rural de Marilândia do Sul realizou de 11 a 15 de julho o curso de Tratorista Agrícola e Implementos (40 horas). Foram atendidos 11 produtores rurais pela instrutora Elisângela Domingos.

Campo Mourão



1º Encontro de Sanidade Agropecuária

No dia 7 de julho aconteceu o 1º Encontro de Sanidade Agropecuária e Agricultura de Baixo Carbono de Campo Mourão. O evento foi realizado em parceria entre Sistema FAEP, Conselho de Sanidade de Campo Mourão, Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB), Emater e a Comunidade dos Municípios de Campo Mourão (Comcam). O encontro reuniu cerca de 300 participantes entre presidentes e diretores dos CSAs dos 25 municípios convidados. Foram apresentadas seis palestras técnicas. De acordo com a avaliação do supervisor regional do SENAR-PR, Josiel Nascimento, o evento motivou muito os representantes dos CSAs. “Este encontro trouxe uma energia nova para os participantes que se sentiram valorizados e motivados. Logo após o evento recebemos vários pedidos de cursos de aprimoramento na ponta”, comentou.

Bela Vista do Paraíso



Armazenista

O Sindicato Rural de Bela Vista do Paraíso e o SENAR-PR em convênio com a Belagricola realizaram dois cursos de armazenista nos meses de junho e julho. Ainda em julho foram programados quatro cursos de classificação de grãos: dois de classificação de milho e dois de classificação de trigo. Além disso o sindicato está mobilizando a comunidade para realização de uma turma do Programa Mulher Atual.

Capanema



Empreendedor Rural

Os participantes do Programa Empreendedor Rural (PER) em Capanema estão empolgados. Eles produziram um banner do grupo e estão divulgando o curso em alguns eventos que ocorrem no município. Uma das participantes do PER fez um relato de experiências do curso para o grupo do Programa Mulher Atual. Os alunos estão organizando um jantar com apoio das participantes do Mulher Atual. O objetivo é levantar fundos para estruturação da Sala do Produtor no Sindicato Rural de Capanema.

Nova Esperança do Sudoeste



Tratorista agrícola

O SENAR-PR em parceria com a Secretaria Municipal da Agricultura ofereceu o curso de tratorista agrícola, em Nova Esperança do Sudoeste. O curso, com 12 alunos, foi realizado nos dias 7 e 8 de julho com o instrutor Luiz Carlos Boaretto. O secretário da Agricultura do município, Nilson Martins, visitou a turma durante a realização do curso.

Ribeirão do Pinhal



Derivados da Mandioca

Conduzido pela instrutora do SENAR-PR, Maria Luzinete Pina Zanin, o Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal realizou no dias 14 e 15 de junho o curso de beneficiamento e transformação caseira de mandioca - Curso Básico em Mandioca, com 15 participantes sendo 13 mulheres e dois homens. Os homens representaram o bairro rural de Jacutinga. De acordo com a instrutora todos os participantes tiveram um excelente aproveitamento.

São Jorge do D' oeste



Aplicação de Agrotóxicos

Uma parceria entre o Sindicato Rural de São Jorge do D' oeste, SENAR-PR e a empresa Souza Cruz viabilizou a realização do Curso de Aplicação Correta e Segura de Agrotóxicos abordando questões relacionadas à segurança e à saúde no trabalho apresentadas na Norma Regulamentadora nº 31 do Ministério do Trabalho e Emprego. O curso foi oferecido entre os dias 27 e 29 de junho no bairro rural Linha Volta Grande de São Jorge do D' oeste.

Ubiratã

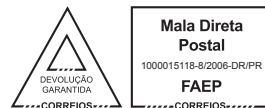


Empreendedor Rural

No dia 22 de junho o Sindicato Rural de Ubiratã deu início a mais uma turma do curso Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris – Empreendedor Rural fase I – 2011. O curso tem 136 horas divididas em 17 encontros que serão realizados todas as quartas-feiras na sala do sindicato. Os treinamentos serão ministrados pelo economista e instrutor João Carlos Neonello de Campo Mourão. O Empreendedor Rural traz para o participante a oportunidade de estar desenvolvendo projetos para serem implantados na região.



Fernando Santos



Cortesia com o chapéu alheio

O transporte em marcha lenta. A matéria com o título acima publicada no Boletim Informativo 1144, evidencia o caos em que se encontra o setor viário do nosso estado, e levando para o setor do agronegócio o título poderia ser substituído por “O transporte em disparada em direção ao colapso”. Num passado não muito distante mas já se arrasta desde 1994, me vem à memória o discurso de um candidato ao governo (que se elegeu) em seu horário de campanha. Ele vinha à frente das câmaras com uma caneta fazia alguns rabiscos sobre o mapa do Paraná “batizando” de “anel de integração”, com o qual o produtor paranaense poderia escoar sua safra sem perdas ou atraso. Isso fez o eleitorado (a maior parte) acreditar no benefício em que supostas melhorias estariam por vir. Pois bem, foi a chamada “cortesia com chapéu alheio”, ou seja, jogou para o produtor arcar com o custo das melhorias pífias ao meu ponto de vista. Não tem por onde escapar, são 27 praças de pedágios distribuídas pelo estado com retorno mínimo se compararmos com as mudanças obtidas e os custos que recaem sobre o usuário. Mas num futuro muito próximo nossos olhos e ouvidos serão convidados a assistir calorosos debates sobre o tema. É sempre assim, sai governo e entra governo, com uns prometendo baixar os preços dos pedágios, outros em acabar, mas nos continuamos pagando uma conta cara, e o pior, sem vislumbrar um futuro promissor nem a curto ou a longo prazo, pois já se discutem nos bastidores a renovação dos contratos com as concessionárias. Fica a pergunta: Até quando suportaremos a transportar o peso de tudo isso? Obrigado pela oportunidade.

Luiz Gomes dos Santos
Assaí - PR



Alexandre Prado

Logística

Prezado Nilson H. Camargo. Gostaria de cumprimentá-lo pelo brilhante trabalho que aborda os aspectos logísticos de nosso estado. Vejo que essa é com certeza um luta que não só o agronegócio ganha, mas toda a sociedade paranaense.

Onesiforo Candido, Cianorte - PR

InfoAgro

Parabéns pela iniciativa (InfoAgro), assim estaremos mais informados.

Ivo Carlos Arnt Filho, Presidente do Sindicato Rural de Tibagi

Agradeço o direcionamento do Infoagro.

Joaquim F R Cesar Neto, Corporação Porto Seguro - SP

Envie suas críticas, sugestões e opiniões para: imprensa@faep.com.br



Divulgação

Ortigara simplifica lei de agrotóxicos

Resolução vai uniformizar legislação estadual e federal

A resolução nº 73, que simplifica o cadastro de agrotóxicos, foi assinada pelo secretário da Agricultura e Abastecimento do Paraná, Norberto Ortigara, dia 25 de julho. Essa é a primeira etapa da revisão total da lei estadual de agrotóxicos, que está em vigor desde 1983 e encontra-se defasada, sem sintonia com a legislação federal. A revisão vinha sendo defendida com insistência pela FAEP.

A resolução permite que as indústrias de agrotóxicos, que têm produtos já liberados para o mercado pelo governo federal, os comercializem no Paraná. A lei estadual exigia que, após serem submetidos a todos os testes de eficiência agroeconômica nos ministérios da Agricultura, Saúde e Meio Ambiente, os produtos deveriam passar, desnecessariamente, por uma segunda bateria de exames no Estado.

A resolução vai uniformizar a legislação estadual com a federal. “Se já são exigidos testes de eficiência agroeconômica por parte de órgãos federais com credibilidade, como a Anvisa, o Ibama e o próprio Ministério da Agricultura, não há por que repetir todos esses exames novamente no Paraná”, justificou Ortigara.

Na prática, a revisão vai legalizar procedimentos já adotados por produtores que trazem de outros estados produtos cuja venda não é permitida no Paraná, por não terem se submetido aos exames previstos na legislação estadual.

A resolução foi assinada após um grupo de estudo - instituído pelo secretário da Agricultura e integrado por representantes da Seab, Emater, Iapar, Embrapa, FAEP, cooperativas e produtores - apresentar as justificativas recomendando essa iniciativa. De acordo com a coordenadora do grupo, engenheira agrônoma Carla Maria Pereira Paiva, a legislação estadual foi criada numa época em que havia falhas na legislação federal.



Av. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Moacir Micheletto, Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Polo e Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários

Livaldo Gemin e Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia e Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal

Sebastião Olimpio Santoroza, Luiz de Oliveira Netto e Lauro Lopes

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do PR

Av. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo

Presidente: Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos:

Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal:

Sebastião Olimpio Santoroza, Luiz de Oliveira Netto e Jairo Correa de Almeida

Superintendência:

Ronei Volpi



Coordenação de Comunicação Social:

Cynthia Calderon

Redação:

Christiane Kremer, Hemely Cardoso, Katia Santos

Diagramação e Projeto Gráfico:

Alexandre Prado

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR.

Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

O dólar furado

Faz 17 anos que os brasileiros têm solavancos na economia, mas nada parecido com o que ocorria antes do Plano Real, em 1994. A inflação era diária, havia um tal de "over night" que significava aplicar o dinheiro todos os dias, senão a inflação comia. O símbolo da Pátria eram as maquininhas remarcadoras de preços. Quem lembra disso tenta apagar rapidamente da mente, porque dá calafrios só de pensar que de 1986 a 1994, quando vários programas baseados no congelamento de preços fracassaram, levaram a inflação a patamares superiores a 1000% ao ano.

Hoje, com a inflação aparentemente sob controle, embora a previsão do governo tenha sido de 4,5% ao ano e já está em 6,5% aa, o maior problema é a desvalorização do dólar. O real encerra 2010 como a moeda mais valorizada no planeta. De 2002 (início do governo Lula) até agora o Real apresentou valorização superior a 110%. A classe média e os mais abonados se aproveitam e vão à luta. *Viagens internacionais, compra de eletrônicos, vinhos, uísques, bons queijos, cosméticos importados...*

Enquanto isso o governo brasileiro tenta evitar a supervalorização do real, mas os consumidores torcem para que o dólar fique ainda mais barato. Muitos deles ignoram que a elevação da moeda nacional pode levar à quebra da indústria, detonar as exportações de commodities, provocar desemprego em massa e mergulhar o país numa crise. Se a Europa e os Estados Unidos não saírem do buraco em que se meteram, principalmente os últimos, estaremos todos com os burros n'água. Nossas reservas estão em títulos do Tesouro americano, o Brasil é o quarto maior credor, a China é a primeira. A festa pode terminar mal. Pode ter sido boa enquanto durou.

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

**EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS**



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

_____ Responsável